

GESTÃO METROPOLITANA: DESAFIOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA¹

Letícia Peret Antunes Hardt²

Patrícia Costa Pellizzaro³

Carlos Hardt⁴

Marlos Hardt⁵

RESUMO

O cenário de desigualdades em regiões metropolitanas brasileiras compreende relevantes desafios à administração pública. Diante dessa problemática, o objetivo geral do estudo consiste em avaliar diferenças no interior da própria metrópole, assim como em relação a municípios limítrofes, adotando Curitiba, Paraná, como estudo de caso. Por meio de estrutura múltipla de métodos, os procedimentos de pesquisa foram essencialmente apoiados em processamento de informações oficiais georreferenciadas sobre ocupação territorial, composição etária, condições socioeconômicas, características infraestruturais e qualidade socioespacial. Os resultados alcançados revelam marcantes desequilíbrios entre regionais administrativas da capital paranaense e com entes federativos circunvizinhos, com as conclusões apontando tendências de potencialização de conflitos de planejamento urbano e de gestão regional.

Palavras-chave: Metrópole. Diferenciações internas. Relações externas. Planejamento e gestão. Políticas públicas. Curitiba, Paraná.

ABSTRACT

The scenario of inequalities in the Brazilian metropolitan regions includes relevant challenges for the public administration. In view of this problem, the general objective of the study is to evaluate differences within the metropolis itself, as in relation with bordering municipalities, adopting Curitiba, Paraná, as a case study. Through a multi-methods structure, the research procedures were essentially supported in the processing of official georeferenced information on territorial occupation, age composition, socioeconomic conditions, infrastructural characteristics and socio-spatial quality. The results achieved reveal remarkable imbalances between the administrative regional departments of the state capital and understand the and neighboring federative entities, with the conclusions pointing to possible potentiation of conflicts of urban planning and regional management.

Keywords: Metropolis. Internal differentiations. External relations. Planning and management. Public policies. Curitiba, Paraná.

¹ Texto atualizado de artigo originalmente publicado sob o título “Metropolização: desigualdades em duplo sentido” na Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales (dez. 2019)

² Pesquisadora Doutora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU) e Professora Titular do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

³ Pesquisadora Doutora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) (Colaboradora) e Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

⁴ Pesquisador Doutor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU) e Professor Titular do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

⁵ Pesquisador Doutor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU) e Professor Adjunto do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Não obstante o fato de muitas metrópoles “expulsarem” algumas das mais perniciosas formas de desigualdades socioespaciais para fora dos seus perímetros urbanos e limites municipais, importantes desequilíbrios também ocorrem dentro dos seus próprios espaços. A indicação da avaliação dessas diferenciações regionais intraurbanas e das suas prováveis influências sobre suas circunvizinhanças começa a ser recorrente em estudos teóricos, havendo necessidade, porém, de ampliação de resultados empíricos (VILLAÇA, 2011).

Diante da importância dessa problemática, especialmente para a administração pública, o objetivo geral da pesquisa consiste em avaliar essas diferenças internas em metrópoles e suas possíveis relações com municípios limítrofes, adotando Curitiba, Paraná, como estudo de caso. A despeito do seu reconhecimento internacional pelas experiências no campo do planejamento urbano (IPPUC, 2020), esta cidade é também enquadrada como uma das capitais brasileiras com melhores condições de bem-estar urbano para a maior parte da população (OM, 2016).

A partir desses preceitos, a investigação foi desenvolvida sob estrutura múltipla de métodos, em quatro fases principais. A primeira - enfoque processual – corresponde à seleção de procedimentos ajustados ao desenvolvimento do estudo, consubstanciados no presente tópico e aprofundados nos demais. A segunda – ótica teórica – compreende a fundamentação de conceitos e teorias sobre a temática central, sintetizada na próxima seção deste artigo. Por meio de métodos exploratórios e de técnicas de análise bibliográfica, recorreu-se a fontes secundárias, relacionadas, em especial, com livros especializados, artigos científicos e trabalhos acadêmicos, dentre outras.

A terceira fase – recorte empírico – comporta a caracterização da área de estudo mediante métodos exploratórios e descritivos. Às mesmas tipologias de fontes anteriores, foram adicionadas outras de caráter oficial, com mapeamento por processamento de dados em Geographic Information System (GIS – Sistema de Informações Geográficas), por intermédio do programa ArcGIS. A última etapa – perspectiva analítica – apresenta a discussão dos resultados com base em métodos analíticos e em técnicas de síntese relacional no mesmo ambiente GIS. Com vistas à melhor compreensão dos conteúdos tratados, aspectos metodológicos específicos são detalhados nas demais seções, iniciando com aportes de teorias e conceitos, visando ao devido entendimento da temática central do trabalho.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Definindo metropolização como a concentração de riqueza humana e material nas maiores cidades, Ascher (2005) comenta sobre a ocorrência desse fenômeno em quase todos os países urbanizados e industrializados. O autor o caracteriza como uma nova fase de urbanização, considerada por Moura (2012) como de “modernização capitalista”.

Longe de apenas reforçar aglomerações singulares, a metropolização passa a engendrar novas morfologias urbanas, muito mais articuladas e densas, ao mesmo tempo que descontínuas, dispersas, sem limites precisos. Sustenta a ampliação geográfica do processo de acumulação, que fez com que a dispersão dos processos produtivos, filiais e fornecedores das empresas, tornasse as aglomerações metropolitanas localizações preferenciais, mais capazes de oferecer as condições requeridas à valorização do capital (MOURA, 2012, p.6).

Para Viturka et al. (2017), a metropolização constitui um dos principais símbolos de mudanças de longo prazo na escala e na forma de urbanização. Produto desse fenômeno, a

metrópole é considerada, em termos legais, como espaço urbano com continuidade territorial, cujas condições de relevância populacional, socioeconômica e política determinam elevada ingerência nacional “ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional” (BRASIL, 2015, Artigo 2º, Inciso V). Há critérios, ainda, que a classificam como centro urbano evidenciado pela grandeza do porte e pelos fortes relacionamentos com outros de mesma magnitude, além de possuir amplo território de relacionamentos diretos (IBGE, 2008).

Ribeiro et al. (2009, p.3) citam que “corresponde à cidade principal de uma região, aos nós de comando e coordenação de uma rede urbana que não só se destaca pelo tamanho populacional e econômico, como também pelo desempenho de funções complexas e diversificadas (multifuncionalidade) [...]”. Referindo-se à multiplicidade de conceitos sobre configurações espaciais urbano-regionais, inclusive referentes à metrópole e suas outras designações, Moura (2016, p.86) argumenta que:

[...] foram sendo difundidos na literatura especializada e, ao mesmo tempo, reinterpretados na tentativa de captar suas nuances e especificidades, incorporando, em alguns casos, recortes programáticos ou eminentemente ideológicos. Não obstante sua abrangência, as particularidades e especificidades dos conceitos apresentados não apreendem o fenômeno e a morfologia resultante dos arranjos urbano-regionais em território brasileiro, seja pela natureza dos processos, seja pela complexidade das relações, seja ainda pelo recorte da dimensão populacional e econômica que adotam.

Genericamente, região metropolitana é definida como “aglomeração urbana que configure uma metrópole” (BRASIL, 2015, Artigo 2º, Inciso VII). Todavia, Ribeiro et al. (2009, p.4) alertam que a impregnação legal do termo “e a materialização da faculdade constitucional de forma indiscriminada, esvaziou de conteúdo o conceito consagrado”, em especial na sua vinculação com o processo de metropolização. Por sua vez, Ianoş et al. (2012) expõem que uma das suas questões cruciais repousa na necessidade de soluções para problemas em escalas múltiplas, exigindo o estabelecimento de um sistema integrado de gestão. Independente das alternativas conceituais, é fato que as metrópoles – e suas regiões metropolitanas – “encerram em si contradições e desigualdades” (MOURA, 2016, p.90), manifestas, sobretudo, no âmbito da segregação socioespacial.

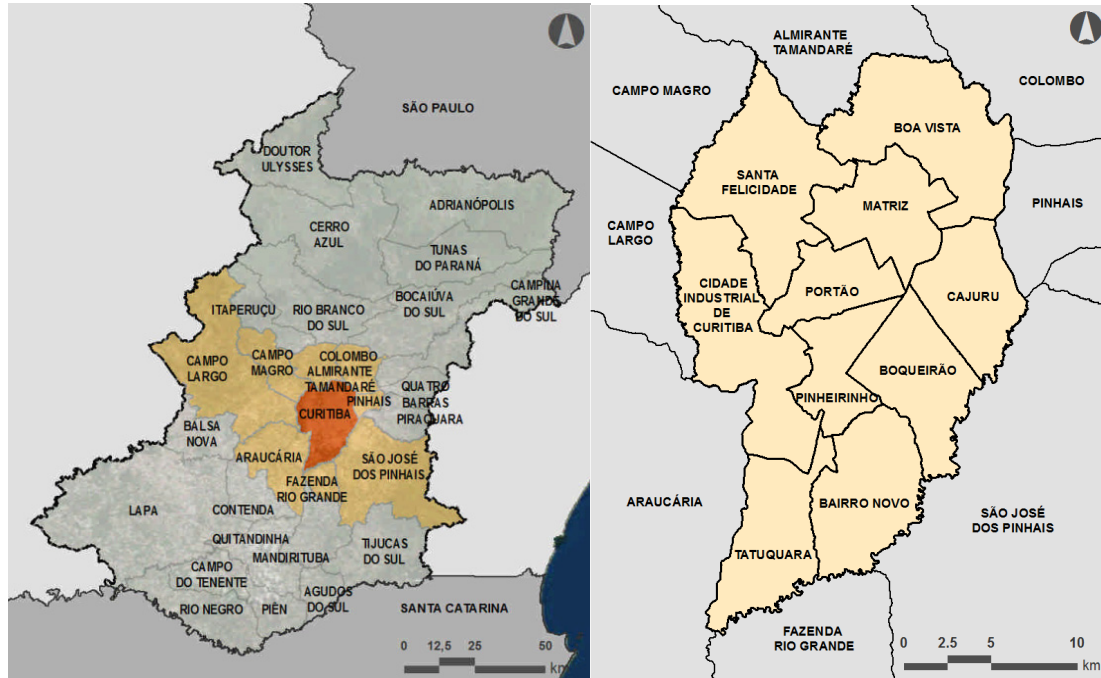
Para o enfrentamento desses problemas, Villaça (2011) propõe avanços nas reflexões sobre políticas públicas acerca do tema, dentre os quais é selecionado, dado o seu especial interesse para este trabalho e sem desconsideração dos demais, um dos aspectos apontados pelo autor, referente à abordagem do estudo não por bairros, mas por “regiões” da cidade. Ribeiro (2016) também reforça que algumas das diferenciações metropolitanas são relativas ao bem-estar intraurbano, apesar das variadas características das metrópoles no Brasil. O autor revela que, em algumas delas – inclusive em Curitiba, objeto desta investigação –, há condições adequadas para a maior parte dos cidadãos, considerando aspectos de mobilidade, meio ambiente, habitação, serviços coletivos e infraestrutura. Contudo, pesquisas empíricas ainda são necessárias para a análise mais aprofundada dessas realidades no país.

3 CARACTERÍSTICAS REGIONAIS

Instituída pela Lei Federal Complementar Nº 14, de 08 de junho de 1973 (BRASIL, 1973), e originalmente composta por 14 municípios, incluindo a capital do estado, a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) conta atualmente com 29 entes federativos municipais (Figura 1), totalizando um território de pouco mais de 16.581 km² (COMEC, 2020). Em 2019, conforme estimativa populacional (IBGE, 2019), os aproximados 3,5 milhões de habitantes da

RMC a posicionavam como a oitava aglomeração urbana mais populosa do país, correspondendo a mais de 30% da população do Paraná.

Figura 1: Mapas de municípios da Região Metropolitana (esquerda) e de administrações regionais (direita) de Curitiba



Fonte: Adaptada de COMEC (2020), Curitiba (2020) e IPPUC (2020).

Distribuído entre cerca de 51% de mulheres e 49% de homens, esse contingente estabelecia uma densidade demográfica média pouco superior a 210 hab./km² (COMEC, 2020). Em seu polo, que representa 2,6% do espaço metropolitano, era estimado um total de 1,9 milhões de habitantes, que equivalem a quase 54% da RMC, resultando, hoje, em mais de 4.350 hab./km² (IPPUC, 2019). Para fins da presente pesquisa, foram selecionados os oito municípios limítrofes a Curitiba (Tabela 1) e consideradas as suas dez administrações regionais (Tabela 2 – ver Figura 1). Para a agregação das informações, foram adotados os dados censitários disponíveis (IBGE, 2011).

Tabela 1: Dados populacionais de Curitiba e municípios limítrofes – 2010

MUNICÍPIO	ÁREA (km ²) ¹	POPULAÇÃO ²			DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab./km ²)
		total	urbana	rural	
Almirante Tamandaré	195	103.204	98.892	4.312	529
Araucária	469	119.123	110.205	8.918	254
Campo Largo	1.244	112.377	94.171	18.206	90
Campo Magro	275	24.843	19.547	5.296	90
Colombo	197	212.967	203.203	9.764	1.081
Curitiba	435	1.751.907	1.751.907	0	4.027
Fazenda Rio Grande	117	81.675	75.928	5.747	698
Pinhais	61	117.008	117.008	0	1.918
São José dos Pinhais	946	264.210	236.895	27.315	279

Fonte: Elaborada com base em ¹ = IBGE (2020) e ² = IBGE (2011).

Tabela 2: Dados populacionais das administrações regionais de Curitiba – 2010

REGIONAIS	ÁREA (km ²)	POPULAÇÃO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab./km ²) ¹
Bairro Novo	45,0	145.433	3.231,8
Boa Vista	62,5	248.698	3.979,2
Boqueirão	40,0	197.346	4.933,7
Cajuru	35,8	215.503	6.019,6
Cidade Industrial de Curitiba (CIC)	63,5	184.482	2.905,2
Matriz	36,0	205.722	5.714,5
Pinheirinho	24,7	147.528	5.972,8
Portão	24,4	179.155	7.342,4
Santa Felicidade	62,2	146.081	2.348,6
Tatuquara	41,0	81.959	1.999,0

Fonte: Elaborada com base em IBGE (2011).

Frente a essas características da própria metrópole e da sua região metropolitana, adiante são discutidos os resultados alcançados a partir dos recortes temáticos efetuados.

4 RESULTADOS ANALÍTICOS

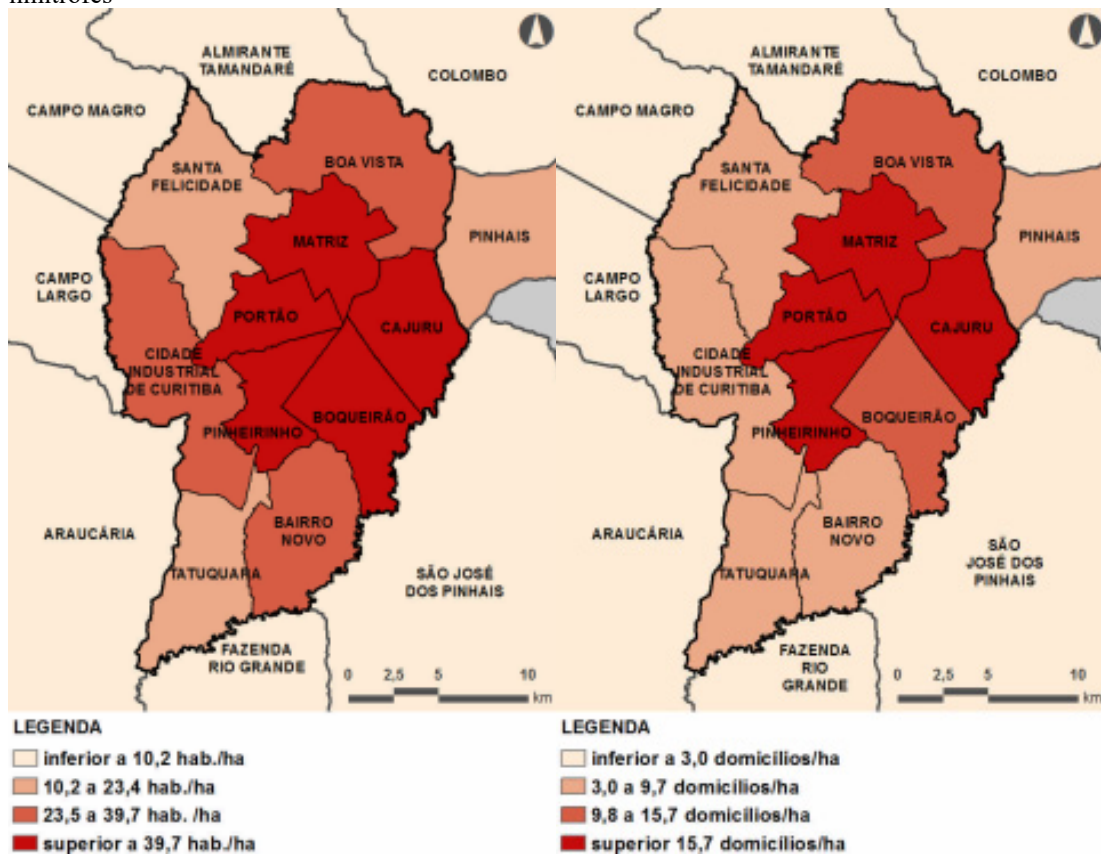
Para sistematização das informações em imagens cartográficas, optou-se pelos seus enquadramentos em quatro classes principais (baixa, média baixa, média alta e alta), com vistas à eliminação da tendência de concentração na média da distribuição normal, permitindo, assim, maior discriminação dos resultados estatísticos. A avaliação foi efetuada sob os seguintes temas básicos por regional de Curitiba e seus municípios limítrofes: ocupação territorial – considerando densidades demográficas e de domicílios, para reconhecimento dos estágios de urbanização; composição etária – compreendendo as faixas de crianças, adolescentes, adultos e idosos, para confrontação de necessidades populacionais; condições socioeconômicas – abordando graus de alfabetização e níveis de renda, para verificação dos padrões de vida; características infraestruturais – envolvendo aspectos tanto de saneamento ambiental quanto de circulação e mobilidade, para aferição dos estados de atendimento por serviços públicos; qualidade socioespacial – englobando informações acerca da arborização de vias, para apreciação da qualidade espacial e do conforto ambiental, bem como de índices de criminalidade, para compreensão das circunstâncias de segurança dos cidadãos.

Logicamente, esses indicadores não são suficientes para a avaliação definitiva desses temas, tampouco da realidade da metrópole e das áreas urbanas dos demais municípios da RMC. Entretanto, servem de importantes indicativos prévios para o seu aprofundamento em pesquisas futuras.

Pela confrontação dos resultados de ocupação territorial – densidades demográficas e de domicílios (Figura 2), percebe-se que apenas três regionais (30,0%) apresentam diferenciações de classificação comparativa. Bairro Novo e Cidade Industrial de Curitiba (CIC) são enquadradas na classe de média alta densidade demográfica (23,5 a 39,7 hab./ha), mas em posicionamento imediatamente inferior em termos domiciliares (3,0 a 9,7 domicílios/ha). O mesmo tipo de comportamento é constatado em relação à Regional Boqueirão, desta feita com translocação da posição mais elevada para demografia (acima de 39,7 hab./ha) para a média alta domiciliar (9,8 a 15,7 domicílios/ha). Essas condições podem ser parcialmente justificadas pela sua localização geográfica periférica e de urbanização mais recente. Essa conjuntura locacional não abarca, todavia, a complexidade das relações entre centro e periferia, pois a formação de uma centralidade urbana compreende um processo de

construção de um espaço referencial em contraposição a outros de menor inserção na dinâmica socioespacial (VILLAÇA, 2001).

Figura 2: Mapas de densidades demográficas (esquerda) e domiciliares (direita) em Curitiba e municípios limítrofes



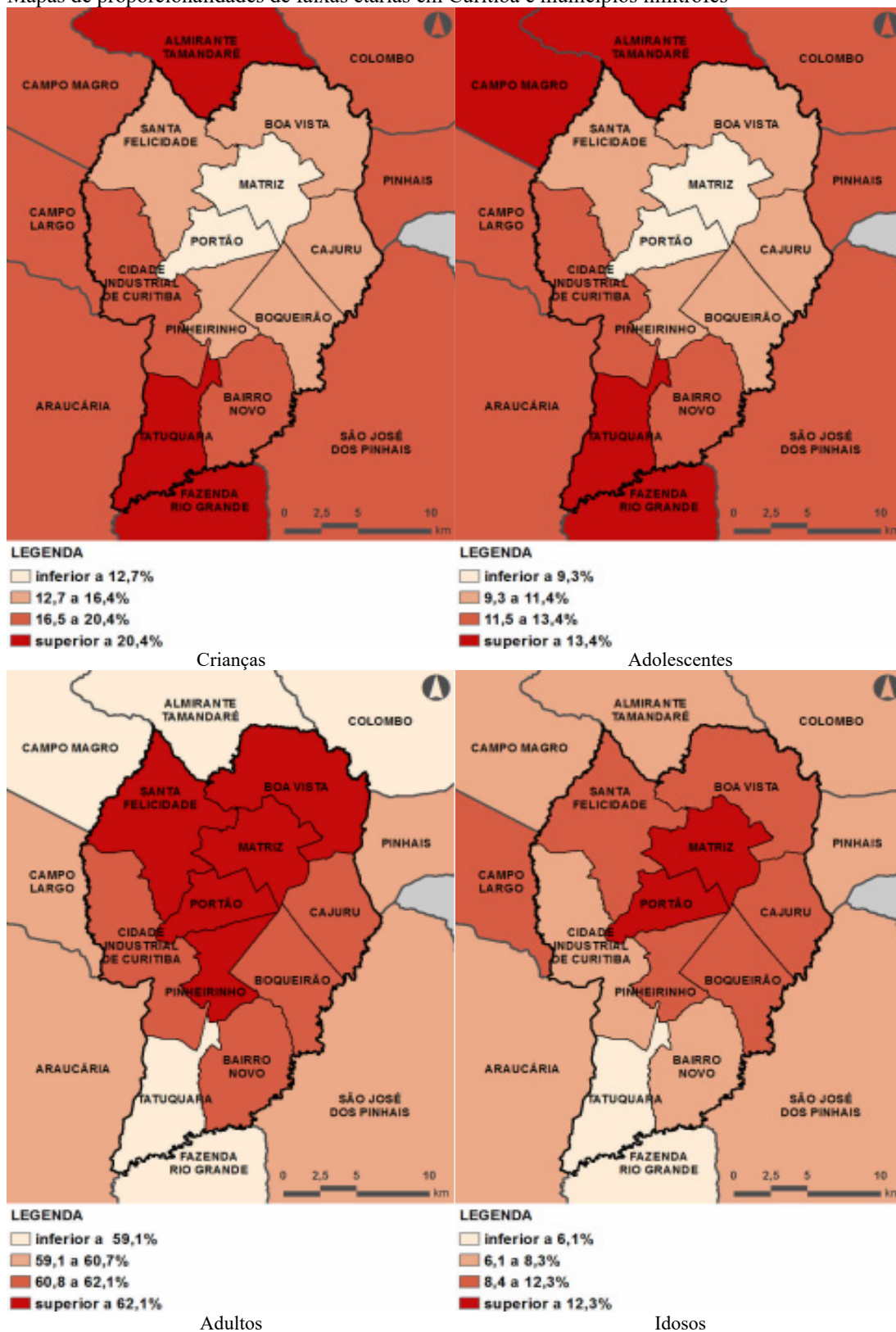
Fonte: Elaborada com base em dados dos setores censitários do IBGE (2011).

Nota: Valores dos municípios limítrofes referentes exclusivamente às suas áreas urbanas

O tema de composição etária da população aponta para dissemelhanças significativas, com sua análise levando em conta os seguintes indivíduos: crianças – até 12 anos incompletos, conforme dispõe o Artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990); adolescentes – de 12 a 18 anos, em conformidade com o especificado no mesmo artigo daquele estatuto; adultos – de 19 a 59 anos; idosos – com 60 anos ou mais, de acordo com o Artigo 1º do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003).

Pela observação dos mapas etários (Figura 3), constata-se que, em territórios de ocupação urbana menos consolidada na metrópole, a exemplo das regionais Bairro Novo, CIC e Tatuquara (30,0% do total), é relevante a presença tanto de crianças (classes média alta – entre 16,5 e 20,4% – para as duas primeiras – e alta – acima de 20,4% para a última) quanto de adolescentes (classes média alta – entre 11,5 e 13,4% para as duas primeiras – e alta – acima de 13,4% para a última). Essas características vêm ao encontro de teorias sociológicas de “ecologia urbana” da Escola de Chicago, enunciadas no início do século XX, sobre a tendência, dentre outras, de concentração de pessoas de menor idade em zonas mais distantes do centro da cidade, normalmente menos adensadas e com maior oferta de espaços para a realização de atividades peculiares a esses grupos (SUTHERLAND, 2012[1938]).

Figura 3: Mapas de proporcionalidades de faixas etárias em Curitiba e municípios limítrofes



Fonte: Elaborada com base em dados dos setores censitários do IBGE (2011).
Nota: Valores dos municípios limítrofes referentes exclusivamente às suas áreas urbanas

Em relação ao recorte etário de pessoas mais jovens, não há disparidades significativas no entorno da metrópole, enquadrado majoritariamente nas classes mais elevadas, com predomínio (em 75,0% dos municípios) da média alta (entre 16,5 e 20,4%) para crianças e da alta (acima de 13,4%) para adolescentes (em 62,5% dos municípios). Entretanto, vale ressaltar os afastamentos das realidades desses territórios em relação à capital, o que pode ser considerado comum para ocupações periféricas, embora não desejável. Nessa perspectiva, Salles (2005, p.34) alerta que “a criança e o adolescente só podem ser compreendidos no contexto da sociedade em que estão inseridos”, indicando necessidades muito específicas, inclusive de disponibilidade de espaço para famílias com maior número de membros.

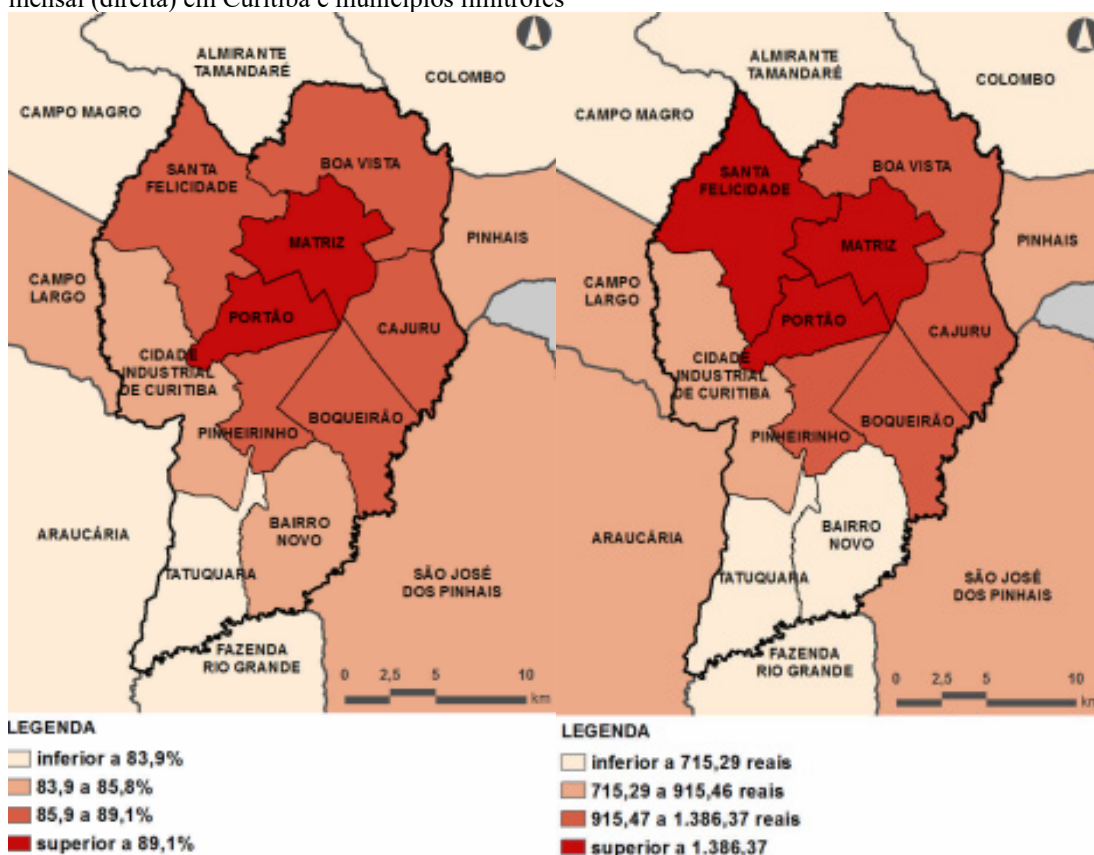
Evidentemente, a situação para as faixas de maior idade é contrária às anteriores, com importante concentração da classe alta (acima de 62,1% para adultos e de 12,3% para idosos) em regionais mais centrais da metrópole, onde prevalecem moradias individuais ou para famílias de porte reduzido, o que reforça, novamente, aspectos antes comentados sobre teorias sociológicas da Escola de Chicago (SUTHERLAND, 2012[1938]). Também se observa claramente um efeito centrífugo de redução das taxas em relação a áreas marginais de Curitiba, notadamente para a terceira idade.

Sem embargo à expressiva homogeneidade do posicionamento médio baixo para idosos nas adjacências da capital (6,1 a 8,3% – em 75,0% dos municípios) e o equilíbrio para adultos nas classes média baixa e baixa (59,1 a 60,7% e inferior a 59,1%, respectivamente), as pessoas entre 19 e 60 anos têm menor participação no contingente populacional no quadrante norte da RMC (Almirante Tamandaré, Campo Magro e Colombo). Essa condição pode ser compreendida em razão da relativa similaridade no processo ocupacional dessas localidades. Por sua vez, Fazenda Rio Grande, ao sul, destaca-se por configurar uma ocupação mais recente, sob efeitos do fenômeno de periferização, o qual, conforme Ribeiro (2005, p.50), ocorre pelo afastamento espacial e “[...] pela construção de enclaves territoriais, pela construção de barreiras simbólicas resultantes de monopolização da honra social das classes altas ou da institucionalização da desonra social dos pobres e de seus territórios [...]”.

Para o tema de condições socioeconômicas, os graus de alfabetização foram vinculados a “pessoas capazes de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecem” (IBGE, 2011, p.26), estabelecendo-se o limite de oito anos de idade conforme prescreve o Ministério da Educação (MEC, 2016). Por sua vez, os níveis de renda foram definidos a partir do valor nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade (com e sem rendimento) (IBGE, 2011).

Como esperado, a Figura 4 revela certa correlação desses resultados com os de faixas de maior idade, com enquadramento das unidades espaciais nas mesmas classificações no interior da metrópole na comparação entre idosos e alfabetizados. Fica evidenciada, novamente, a convergência da classe alta (respectivamente acima de 12,3% para a terceira idade e de 89,1% para os minimamente instruídos) em regionais mais centrais. Igualmente, observa-se o sentido centrífugo de diminuição das taxas de alfabetização relativamente à periferia de Curitiba. Ribeiro (2016) esclarece que áreas do interior de metrópoles brasileiras que apresentam as melhores condições de bem-estar urbano são também aquelas em cuja composição social predominam pessoas com graus mais elevados de escolaridade.

Figura 4: Mapas de representatividade de graus de alfabetização (esquerda) e de níveis de renda nominal média mensal (direita) em Curitiba e municípios limítrofes



Fonte: Elaborada com base em dados dos setores censitários do IBGE (2011).

Nota: Valores dos municípios limítrofes referentes exclusivamente às suas áreas urbanas

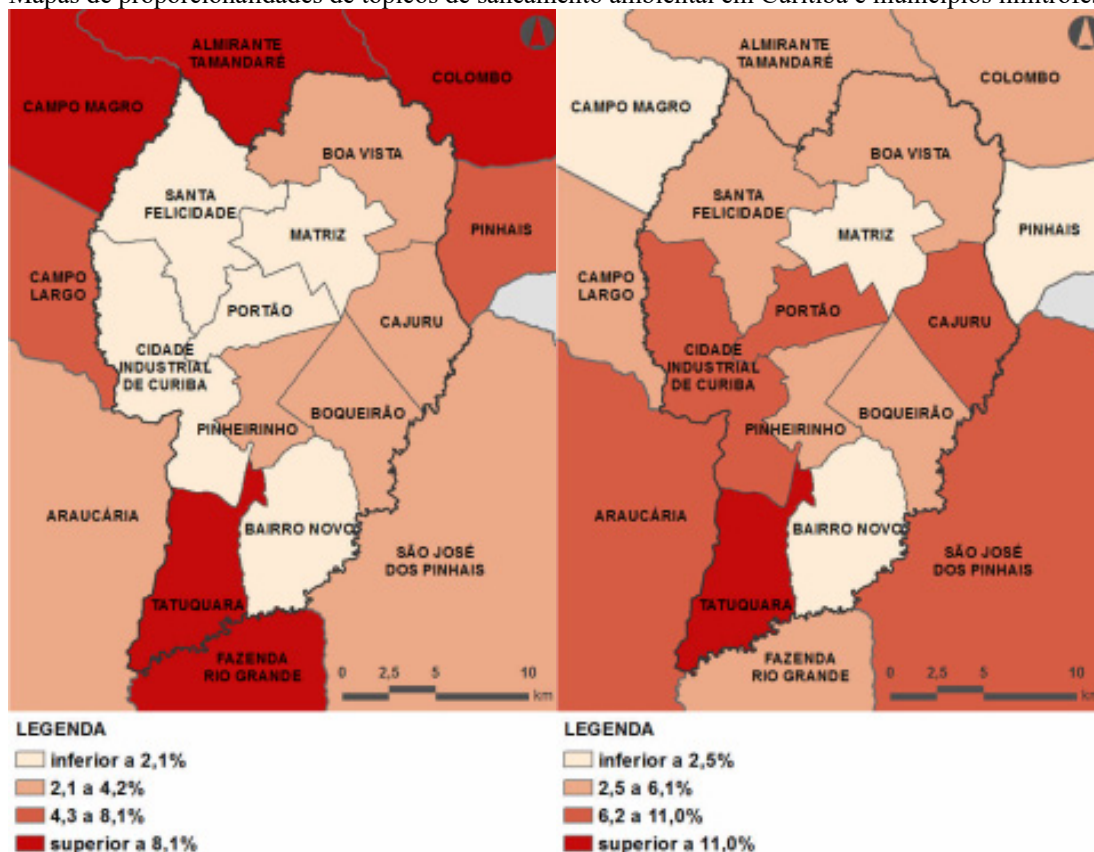
Os municípios vizinhos possuem o mesmo enquadramento de proporcionalidade de quantidade de adultos e de graus de alfabetização nas classes inferiores; todavia, em cinco – Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Magro, Colombo e Fazenda Rio Grande – é elevado o índice de analfabetismo (classe baixa de alfabetização – inferior a 83,9%), comparável às encontradas nas regiões Norte e Nordeste do país (IBGE, 2011) Para Ribeiro (2016), este tipo de situação é recorrente em localidades periféricas quando comparadas a setores urbanos mais centrais do polo metropolitano.

Os níveis de renda nominal média mensal (das pessoas com mais de 10 anos de idade) estabelecem certo paralelismo com graus de alfabetização, sendo registradas apenas duas regionais (20,0% do total) com posicionamento diferenciado, correspondentes ao Bairro Novo (renda baixa – inferior a R\$ 715,29 – e média baixa alfabetização – 83,9 a 85,8%) e a Santa Felicidade (renda superior a R\$ 1.386,37 e média alta alfabetização – 85,9 a 89,1%). Cabe especial destaque às regionais Bairro Novo e Tatuquara (20,0% do total) pelo diagnóstico de patamares acentuados de pobreza (baixa renda) em uma metrópole considerada de boa qualidade de vida, figurando, segundo o índice de bem-estar urbano (IBEU), na terceira posição dentre as 27 capitais brasileiras (OM, 2016). Nesse âmbito, as desigualdades apontam para necessidades urgentes de estudos para adoção de políticas públicas voltadas ao controle dos desequilíbrios encontrados. Com referência ao interior de metrópoles no país, Ribeiro (2016) destaca que aquele índice também é relacionado com locais onde predominam pessoas com maior nível de rendimento, ocupando posições superiores na estrutura social.

Essa conjuntura desigual também é encontrada no entorno, com 50,0% dos municípios (Almirante Tamandaré, Campo Magro, Colombo e Fazenda Rio Grande) alocados na classe baixa (renda inferior a R\$ 715,29). Este resultado confirma a tendência de formação de cinturões de pobreza nas adjacências das grandes cidades brasileiras, os quais, de acordo com Maricato (1996), constituem passivos do processo indiscriminado de expansão das metrópoles nacionais. De maneira complementar, Ferreira, Vasconcelos e Penna (2008) comentam que, sob a ótica da construção social do espaço, surgem com a dinâmica da segregação, dentre outras facetas perversas da urbanização no país.

Com referência ao tema de características infraestruturais, os tópicos de saneamento ambiental selecionados para análise foram esgoto a céu aberto e lixo acumulado nas vias, dada a hipótese de sua vinculação com a precariedade da qualidade ambiental e de vida dos cidadãos. A Figura 5 permite a leitura de cenários adversos na Regional Tatuquara (10,0% do total), onde são verificadas proporções acima de 8,1% para o primeiro quesito e de 11,0% para o segundo, para o qual, particularmente, é diagnosticado um quadro que exige maior atenção dos entes governamentais para atendimento das demandas por serviços públicos.

Figura 5: Mapas de proporcionalidades de tópicos de saneamento ambiental em Curitiba e municípios limítrofes



Esgoto a céu aberto ^{1,2}

Lixo acumulado nas vias ^{1,3}

Fonte: Elaborada com base em dados dos setores censitários do IBGE (2011).

Notas: Valores dos municípios limítrofes referentes exclusivamente às suas áreas urbanas

¹ = Consideradas as proporções de moradores em domicílios particulares permanentes com essas características

² = Considerada a existência tanto de vala, córrego ou corpo d'água na face pesquisada ou na confrontante, onde ocorria lançamento habitual de esgoto doméstico, quanto de valeta, por onde o mesmo escorria na superfície

³ = Considerada a existência de local de depósito de resíduos na face pesquisada ou na confrontante (não foi computada a presença de caçamba de serviço de limpeza em via pública)

Bichir (2009, p.86) argumenta que resultados desse tipo:

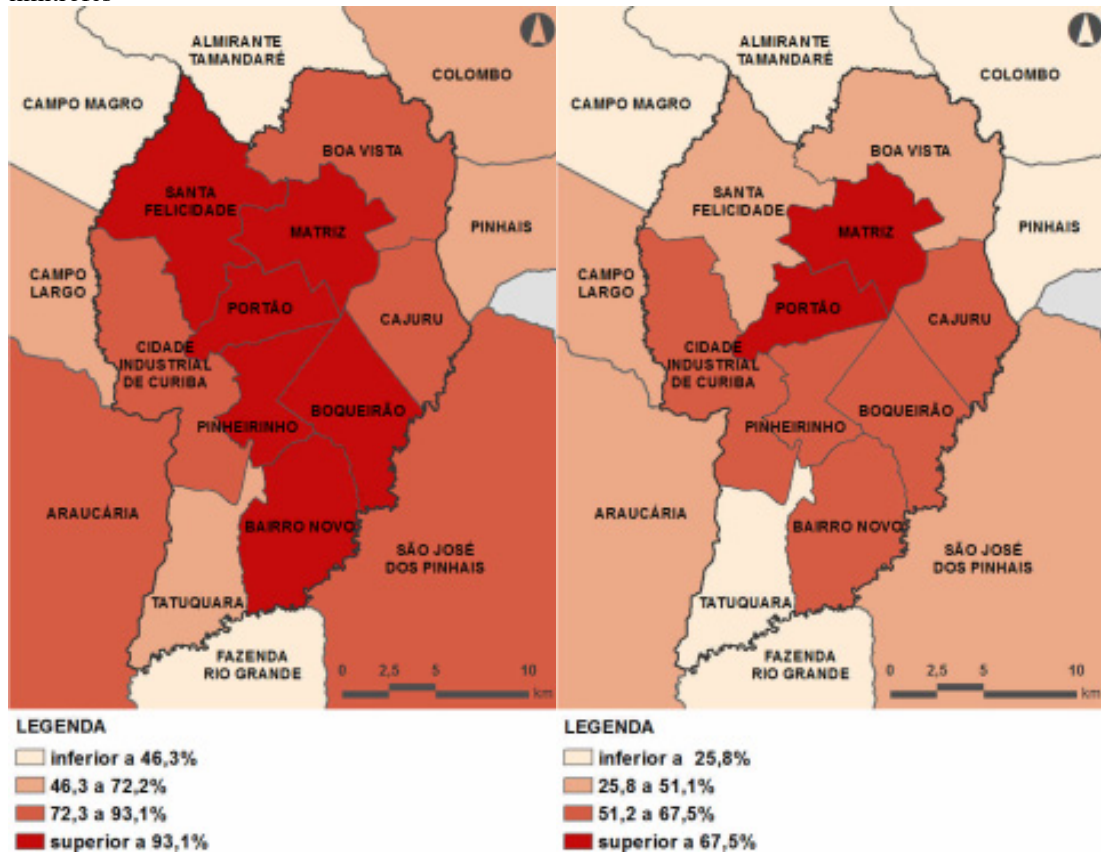
[...] reforçam a complexidade das condições de acesso a políticas entre os mais pobres e a permanência de uma série de desigualdades de acesso mesmo quando o Estado chega às áreas periféricas das grandes cidades. Além disso, destaca-se aqui que a segregação é um problema de política pública, especialmente quando se considera que ela constitui mecanismo particularmente relevante de reprodução das desigualdades socioeconômicas.

Nas circunvizinhanças, as deficiências de esgotamento sanitário são preocupantes, principalmente para três municípios do norte com situações semelhantes em outros indicadores (Almirante Tamandaré, Campo Magro e Colombo), assim como para aquele recorrente ao sul (Fazenda Rio Grande). Embora não seja verificado um quadro extremo de maior acúmulo de lixo nas vias dessas unidades federativas, esse contexto é encontrado em Araucária e São José dos Pinhais (25,0% do total dos municípios), o que pode estar relacionado à heterogeneidade do perfil socioeconômico interno de sua população em contraposição ao dinamismo das respectivas economias municipais. Nesse contexto, vale citar a argumentação de Mucelin e Bellini (2008) sobre a nefasta existência de costumes e hábitos culturais referentes à disposição inadequada de resíduos em cidades brasileiras.

Os tópicos de circulação e acessibilidade escolhidos foram a pavimentação de vias, mesmo que básica, e a existência de calçadas para pedestres, mesmo que precária (Figura 6). No primeiro, constata-se condição satisfatória na metrópole (60,0% das regionais na classe alta – acima de 93,1% de vias pavimentadas – e 30,0% na média alta – entre 72,3% e 93,1%). Esta circunstância pode ser devida ao maior grau de consolidação de urbanização da maioria dessas divisões administrativas. A situação dos passeios é bem menos favorável, notando-se a valorização da porção central da metrópole (regionais Matriz e Portão – 20,0% do total na classe alta – acima de 67,5%), com reafirmação dos contornos de centralidade; entretanto, à exceção da Regional Tatuquara (classe baixa – menos de 25,8%), o restante da cidade (70,0%) possui características medianas. Vale mencionar, ainda, que a situação das calçadas em Curitiba tem sido alvo, na última década, de severas críticas por parte da sociedade (GAZETA DO POVO, 2014).

Os municípios do entorno possuem circunstâncias ainda mais deletérias, com apenas dois (25,0% – Araucária e São José dos Pinhais) alcançando a classe média alta de vias pavimentadas (acima de 93,1%). Em termos gerais, o contexto das calçadas mereceria atenção maior ainda nas vizinhanças de Curitiba (62,5% na classe baixa – inferior a 25,8% – e o restante na classe média baixa – entre 25,8% e 51,1%). Ressalta-se a dicotomia entre o grau de pavimentação das vias veiculares e o tratamento de áreas pedonais, pois, em princípio, deveria haver relação direta entre estes dois tópicos, o que não se verifica com referência tanto às cidades lindeiras como a regionais do polo. Considerando a necessidade de maior entendimento dos passeios como relevantes elementos das áreas urbanizadas, Duarte, Sánchez e Libardi (2012) afirmam que a sua falta – ou degradação – contribui para o agravamento do desconforto e da insegurança de pedestres.

Figura 6: Mapas de proporcionalidades de tópicos de circulação e acessibilidade em Curitiba e municípios limítrofes



Pavimentação de vias para veículos¹

Existência de calçadas para pedestres^{2,3}

Fonte: Elaborada com base em dados dos setores censitários do IBGE (2011).

Notas: Valores dos municípios limítrofes referentes exclusivamente às suas áreas urbanas

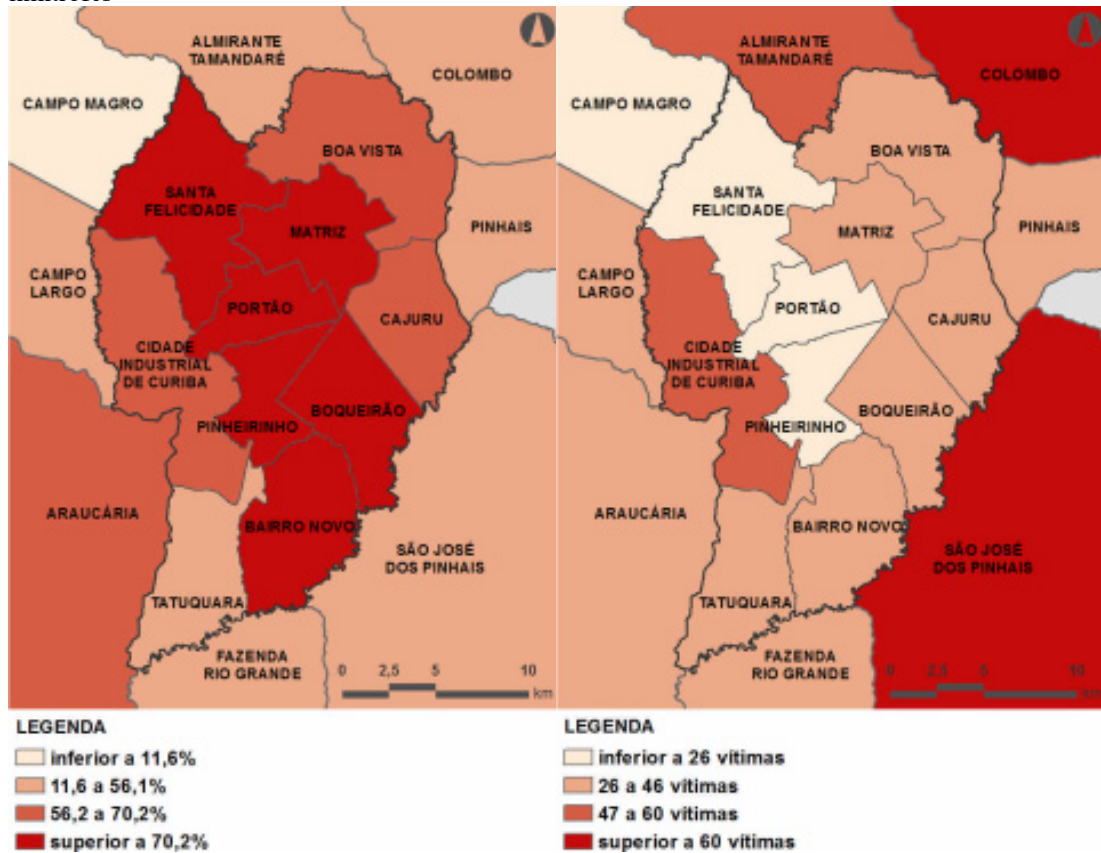
¹ = Considerada a existência de pavimentação na face pesquisada do trecho do logradouro com asfalto, cimento, paralelepípedos, pedras ou outros tipos de recobrimento

² = Consideradas as proporções de moradores em domicílios particulares permanentes com essas características

³ = Considerada a existência de caminho calçado ou pavimentado, destinado à circulação de pedestres (quase sempre mais nível mais elevado que a parte do logradouro por onde trafegam os veículos)

O tema sobre qualidade socioespacial versa sobre arborização de vias, frente à sua contribuição à melhoria dos espaços abertos e da paisagem urbana, e a índices de criminalidade, sendo selecionada, para esta avaliação social, a quantidade de vítimas de crimes com morte (SESP-PR, 2016). O primeiro tópico (Figura 7) evidencia absoluta semelhança com os resultados da pavimentação viária em Curitiba, o que é coerente com o relacionamento direto entre esses dois tipos de investimento. Também seria esperada maior vinculação com a existência de calçadas. Normalmente, essas incompatibilidades são inerentes a inadequadas decisões de gestão sobre as prioridades orçamentárias municipais, tornando fundamental a “participação dos cidadãos no processo decisório de políticas públicas, em especial as de abrangência local” (SOUZA, 2001, p.84).

Figura 7: Mapas de representatividade de tópicos de qualidade socioespacial em Curitiba e municípios limítrofes



Fonte: Elaborada com base em dados dos setores censitários do IBGE (2011) e em SESP-PR (2016).

Notas: Valores dos municípios limítrofes referentes exclusivamente às suas áreas urbanas

¹ = Considerada a existência de árvore(s) na face pesquisada, na confrontante ou em canteiro central, mesmo que apenas em parte e se em logradouros sem pavimentação ou sem calçada / passeio

² = Consideradas as tipologias criminais de homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal no período de janeiro a setembro de 2016

No segundo item, destaca-se a Regional CIC, com mais de 47 vítimas no período dos nove meses considerados. Note-se que esta unidade administrativa é enquadrada na classe média baixa de alfabetização e de rendimentos, indicadores normalmente associados a problemas de segurança pública. Resende e Andrade (2011, p.173) concluem que “a desigualdade de renda assume papel central como determinante da criminalidade urbana no Brasil, induzindo, nesse sentido, a substanciais perdas de bem-estar social”.

Nas cidades vizinhas, a arborização viária tem situação inversa à da metrópole, com 87,5% delas relacionadas às baixas classificações (inferior a 56,2%), à exceção de Araucária (média alta – de 56,2 a 70,2%). Mais uma vez, Campo Magro apresenta situação crítica (inferior a 11,6%), não sendo, assim, beneficiado pelos impactos positivos dessa tipologia de infraestrutura verde nos espaços urbanizados (HARDT, 2000).

No entorno, a situação de segurança pública é crítica em Colombo e São José dos Pinhais (mais de 60 vítimas de crimes com morte no período de nove meses), em congruência com seus baixos enquadramentos nas temáticas de alfabetização e renda, com especial destaque ao primeiro município. Almirante Tamandaré, independente da sua classificação um pouco melhor, também registra um cenário desfavorável desse processo de vitimização,

confirmando sua posição em estratos inferiores nas outras temáticas socioeconômicas em análise. Em seus estudos em diferentes cidades, Rufrancos et al. (2013) atestam a estreita relação entre atos criminosos e baixa renda da população.

Pelos resultados alcançados, sintetizados no Quadro 1, diagnosticam-se importantes diferenciações dentro da metrópole e dela com as áreas urbanas dos municípios vizinhos. Em nível interno ao polo, apesar de haver, em geral, indicadores classificados em posições superiores, infere-se a existência de níveis muito diferentes entre si. Em média, a classe alta é correspondente apenas aos tópicos de vias pavimentadas (características infraestruturais de circulação e acessibilidade) e de arborização viária (qualidade socioespacial), demonstrando a priorização de soluções físicas pela gestão municipal. À posição intermediária baixa correspondem os itens de composição etária das faixas mais jovens, apontando para o relativo envelhecimento da população curitibana. Nesta mesma classificação, são encontrados os crimes com morte, indicando o imperativo do atendimento a questões de segurança pública. Essa diversidade na capital paranaense constitui um desafio ao seu planejamento, indagando-se, inclusive, sobre a adequabilidade dos limites de sua desagregação nos territórios submunicipais formados pelas administrações regionais.

A análise dos temas básicos relativamente aos municípios limítrofes demonstra a presença de condições ainda mais preocupantes, com enquadramentos, na maioria das temáticas consideradas, em posicionamentos inferiores (classes baixa e intermediária baixa). Diagnostica-se esta marcante dominância comparativamente com as avaliações da metrópole, possuindo, em média, apenas um dos tópicos (lixo acumulado nas vias – características infraestruturais de saneamento ambiental) no mesmo patamar de Curitiba (intermediário alto). Todos os demais, em geral, são classificados em posições mais reduzidas, novamente desafiando a efetividade de ações da gestão metropolitana, que não têm conseguido minimizar as desigualdades da RMC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz dos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa para o alcance do objetivo determinado, os temas e dados selecionados no âmbito do enfoque processual poderiam ser agregados de outras formas e, inclusive, com composições mais diversificadas, com vistas a progressivos avanços na consistência dos resultados. Por sua vez, a sistematização das informações apenas para as áreas urbanas dos municípios vizinhos pode ocultar alguns detalhes relevantes. Apesar de não ter sido intuito deste trabalho, é recomendável a adoção de processos prévios de regionalização também nessas cidades para avaliação conjunta de recortes espaciais similares.

Ainda são raras as referências de trabalhos com opções metodológicas semelhantes e, sob a ótica teórica, predominam os estudos atentos às diferenciações regionais promovidas pela polarização da metrópole sobre os demais municípios da sua região. Todavia, como relatado na seção de fundamentação de teorias e conceitos, há ampliação progressiva da preocupação técnico-científica com as desigualdades internas do polo metropolitano.

Quadro 1: Matriz de classificação dos temas básicos da pesquisa

TERRITÓRIO	OCUPAÇÃO TERRITORIAL		COMPOSIÇÃO ETÁRIA				CONDIÇÕES SOCIO-ECONÔMICAS		CARACTERÍSTICAS INFRAESTRUTURAIS				QUALIDADE SOCIOESPACIAL	
									SANEAMENTO AMBIENTAL		CIRCULAÇÃO E ACESSIBILIDADE			
	densidade demográfica	densidade domiciliar	crianças	adolescentes	adultos	idosos	alfabetização	renda	esgoto a céu aberto	lixo acumulado nas vias	vias pavimentadas	calçadas	arborização de vias	vítimas de crimes com morte
REGIONAIS														
Bairro Novo														
Boa Vista														
Boqueirão														
Cajuru														
Cidade Industrial (CIC)														
Matriz														
Pinheirinho														
Portão														
Santa Felicidade														
Tatuquara														
CURITIBA ¹														
MUNICÍPIOS														
Almirante Tamandaré														
Araucária														
Campo Largo														
Campo Magro														
Colombo														
Fazenda Rio Grande														
Pinhais														
São José dos Pinhais														
MÉDIA DO ENTORNO ²														

Fonte: Elaborado com base nos resultados da pesquisa.

 Notas: ¹ = Classificação resultante da média das regionais da metrópole

² = Classificação resultante da média das áreas urbanas dos municípios vizinhos

	Classe baixa
	Classe média baixa
	Classe média alta
	Classe alta

O recorte empírico, com estudo de caso em Curitiba, possibilitou a formulação de questionamentos acerca de desconformidades em relação a senso comuns altamente positivos sobre a capital paranaense. Pela perspectiva analítica, restam indagações sobre como uma das metrópoles brasileiras com melhores resultados qualitativos apresenta regionais internas com persistentes classificações inferiores em vários dos temas estudados em paralelo a outras com condições mais favoráveis.

Por outro lado, as várias relações contraditórias diagnosticadas entre o polo da RMC e os demais municípios estudados confirmam as desigualdades em duplo sentido – intrametropolitano e intermunicipal – inerentes ao fenômeno da metropolização. Como corolário, conclui-se pelas tendências de potencialização de conflitos de planejamento urbano e de gestão metropolitana frente aos desequilíbrios identificados, reforçando a necessidade de especial atenção a esses desafios impostos à administração pública.

REFERÊNCIAS

- ASCHER, F. *Multi-mobility, multispeed cities: a challenge for architects, town planners and politicians*. ARQ, Santiago, CL: Escuela de Arquitectura de la Pontificia Universidad Católica de Chile (PUC-Chile), n.60, p.11-19, jul. 2005.
- BICHIR, R. M. Determinantes do acesso à infraestrutura urbana no município de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, v.24, n.76, p.75-183, jun. 2009.
- BRASIL. Lei Federal Complementar Nº 14, de 08 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jun. 1973.
- BRASIL. Lei Federal Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Lei Federal Nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 out. 2003.
- BRASIL. Lei Federal Nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jan. 2015.
- COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. **Região Metropolitana de Curitiba**. Disponível em:
<<http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=123>>. Acesso em: 30 jun. 2020.
- CURITIBA. **Administrações regionais e bairros**. Disponível em:
<<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/o-que-sao-administracoes-regionais/80>>. Acesso em: 30 jun. 2020.
- DUARTE, F.; SÁNCHEZ, K.; LIBARDI, R. **Introdução à mobilidade urbana**. Curitiba, PR: Juruá, 2012.
- FERREIRA, I. C. B. F.; VASCONCELOS, A. M. N.; PENNA, N. de A. Violência urbana: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XVI, Caxambu, MG, 2008. **Anais...** Caxambu, MG: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2008, p.1-18.

GAZETA DO POVO. **Calçadas de Curitiba são ruins?** – Mobilidade em Curitiba, parte 4. (2014) Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/dinheiro-publico/calçadas-de-curitiba-são-ruins-mobilidade-em-curitiba-parte-4/>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

HARDT, L. P. A. **Subsídios à gestão da qualidade da paisagem urbana:** aplicação a Curitiba, Paraná. 2000. 323f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, PR, 2000.

IANOȘ, I.; PEPTENATU, D.; DRĂGHICII, C.; PINTILII, R. D. (2012) *Management elements of the emergent metropolitan areas in a transition country: Romania as a case study*. **Journal of Urban and Regional Analysis**, Bucuresti, RO: Editura Universitatii din Bucuresti, v.4, n.2, p.149-171.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades** – REGIC. Rio de Janeiro, RJ: edição institucional, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de informações do censo demográfico 2010:** resultados do universo por setor censitário. Rio de Janeiro, RJ: 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa da população: 2019.** Disponível em: <[http:// https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama](http://https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama)>. Acesso em: 30 jun. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Maapeamento das unidades territoriais:** consulta por município. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/area.php>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Download:** divisas de regionais. Disponível em: <<http://ippuc.org.br/geodownloads/geo.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. (2018) **Curitiba em dados:** 2019. Disponível em: <http://curitibaemdados.ippuc.org.br/Curitiba_em_dados_Pesquisa.htm>. Acesso em 30 jun. 2020.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo** – desigualdade, ilegalidade e violência. São Paulo, SP: Hucitec, 1996.

MEC – Ministério da Educação. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa.** (2016) Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/pacto_livreto.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2020.

MOURA, R. A dimensão urbano-regional na metropolização contemporânea. **EURE** – Revista Latino Americana de Estudios Urbano Regionales, Santiago, CL: Facultad de Arquitectura, Diseño y Estudios Urbanos y Territoriales de la Pontificia Universidad Católica de Chile (PUC-Chile), v.38, n.115, p.5-31, sept. 2012.

MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil:** uma análise com foco em Curitiba. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital, 2016.

MUCELIN, C. A.; BELLINI, M. Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, MG: Instituto de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, v.20, n.1, p.111-124, jun. 2008.

- OM – Observatório das Metrôpoles. **O bem-estar urbano dos municípios brasileiros.** (2016) Disponível em: <<http://observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=comk2&view=item&id=1745:%C3%ADndice-de-bem-estar-urbano-dos-munic%C3%ADpios-brasileiros-%E2%80%94-ibe-u-municipal&Itemid=164#>>. Acesso em: 02 jul. 2020.
- RESENDE, J. P. de; ANDRADE, M. V. Crime social, castigo social: desigualdade de renda e taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros. **Estudos Econômicos**, São Paulo, SP: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA-USP, v.41, n.1, p.173-195, jan./mar. 2011.
- RIBEIRO, L. C. de Q. Segregação residencial e segmentação social: o “efeito vizinhança” na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras. **Cadernos Metrôpole**. São Paulo, SP: Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – EDUC-PUCSP, n.13, p.47-70, 1.sem. 2005.
- RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.); MOURA, R.; DIAS, M. L. M. S. M.; DESCHAMPS, M. V.; DELGADO, P. R. **Hierarquização e identificação dos espaços urbanos: volume 1 – conjuntura urbana.** Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2009.
- RIBEIRO, M. G. Desigualdades urbanas e desigualdades sociais nas metrópoles brasileiras. **Sociologias**, Porto Alegre, RS: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, v.18, n.42, p.198-230, maio/ago. 2016.
- RUFRANCOS, H. G.; POWER, M.; PICKETT, K. E.; WILKINSON, R. *Income inequality and crime: a review and explanation of the time-series evidence.* **Sociology and Criminology**, New Delhi, IN: Department of Criminology and Criminal Justice of National Law University – NLU – Delhi, v.1, n.1, p.1-9, 2013.
- SALLES, L. M. F. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. **Estudos de Psicologia**, Campinas, SP: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PPGP-PUC-Campinas, v.22 n.1, p.33-41, jan./mar. 2005.
- SESP-PR – Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná. **Relatório estatístico criminal: quantitativo de vítimas de crimes relativos à morte – Paraná segundo municípios e Curitiba segundo bairros: janeiro a setembro de 2016.** Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/Relatorio_Estatistico_3_Trimestre_2016.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2020.
- SOUZA, C. Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do orçamento participativo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, v.15, n.4, p.84-97, out./dez. 2001.
- SUTHERLAND, E. H. *Differential association.* In: JACOBY, J. (Org.) **Classics of criminology.** 4.ed. Long Grove, IL, USA: Waveland, 2012[1938], p.272-274.
- VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** 2.ed. São Paulo, SP: Studio Nobel; Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo – FAPESP, 2001.
- VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, IEA-USP, v.25, n.71, P.37-58, jan./abr. 2011. (Dossiê São Paulo Hoje)
- VITURKA, M.; PAŘIL, V.; TONEV, P., ŠAŠINKA, P.; KUNC, J. *The metropolisation processes: a case of Central Europe and the Czech Republic.* **Prague Economic Papers**, Prague, CZ: University of Economics, v.26, n.5, p.505-522, 2017.